



Convocação

MPC estipula prazo para Susam apresentar cronograma para chamada de aprovados em concurso



O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (MPC/TCE-AM) concedeu um prazo de 15 dias à Secretaria de Estado de Saúde (Susam) para apresentar um relatório completo com o cronograma de chamada para os 11 mil aprovados no concurso público do órgão.

A decisão foi tomada, na manhã desta quinta-feira (10), durante reunião com 50 aprovados no concurso, representantes da Susam, a coordenadoria de Saúde do MPC, a conselheira-relatora das contas da Susam, Yara Lins dos Santos e o procurador-geral do MPC, Carlos Alberto Almeida, na sede da Escola de Contas Públicas.

No mesmo documento, o secretário Pedro Elias, que faltou à reunião no TCE-AM, deverá informar as convocações de aprovados já efetuadas e suas respectivas lotações, um extrato com o número de temporários e terceirizados de todas as unidades de saúde do Estado e um estudo orçamentário contando com as convocações.

Se não houver previsão para a chamada dos concursados, que a pasta informe ao TCE as razões, uma vez os concursados, pela legislação, têm prioridade na administração pública, segundo lembrou o procurador Ruy Marcelo, responsável pela coordenadoria de Saúde do MPC.

[Leia mais](#)

Mídia

Leia o que saiu na imprensa sobre o MPC



Saúde

MPC ingressa com representação no TCE contra Pronto Socorro do Hospital da Zona Norte



O MPC ingressou com uma representação no TCE para que sejam apuradas as responsabilidades por possíveis ilícitudes no processo de terceirização da gestão do Pronto-Socorro do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, localizado no bairro da Colônia Terra Nova, zona norte de Manaus.

[Leia mais](#)

Portarias

Portaria 18, de 30 de Setembro de 2016

Designa o Procurador de Contas Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva para representar o Ministério Público de Contas, no dia 04/10/2016, na sessão da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

[Leia mais](#)

Portaria 19, de 03 de Novembro de 2016

Designa os Procuradores de Contas que atuarão como Plantonistas no período de 12/11/2016 a 12/02/2017.

[Leia mais](#)

Portaria 20, de 04 de Novembro de 2016

Cria, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, a coordenadoria de renúncia de receitas.

[Leia mais](#)

Portaria 21, de 07 de Novembro de 2016

Altera a titularidade da Coordenadoria de Pessoal e da Coordenadoria de Renúncia de Receitas no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas.

[Leia mais](#)

Coordenação editorial

Camila Carvalho
Assessora de Comunicação do MPC-AM

Fiscalização

MPC cria Coordenadoria para analisar renúncias de receitas



O MPC criou, na quinta-feira (03/11), a Coordenadoria de Renúncias de Receitas para acompanhar e fiscalizar as renúncias de receitas pelo Governo do Estado, pela Prefeitura de Manaus e pelas unidades sob competência do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM).

A Coordenadoria ficará sob responsabilidade do procurador de contas João Barroso.

[Leia mais](#)

Validação

A pedido do MPC, TCE decide que pagamentos e contratações devem ser autenticados pelas Procuradorias Gerais



Ação civil

Ministérios Públicos tentam evitar paralisação do SUS, no AM



Os Ministérios Público Federal (MPF-AM), do Estado (MP-AM) e de Contas (MPC-AM) protocolaram no sábado (12/11) uma ação civil pública pedindo ao plantonista da Seção Judiciária do Amazonas, juiz federal Ricardo Sales, a concessão de uma medida liminar para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde em vista da paralisação parcial e intermitência das atividades da empresa Reunidos.

[Leia mais](#)

Atendendo, por unanimidade, a proposta feita pelo procurador-geral do MPC, Carlos Alberto Souza de Almeida, o TCE decidiu que pagamentos e novos contratos firmados pelo governo do Estado, pela Prefeitura de Manaus e pelos órgãos da administração direta e indireta dos municípios do Amazonas devem ser autenticados pelas respectivas Procuradorias Gerais.

[Leia mais](#)